

PARADOXOS DO PENSAMENTO ANTI-RACISTA BRASILEIRO NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Sérgio Costa¹

Na apresentação de uma coletânea de ensaios, já no fim de sua intensa vida intelectual, o médico baiano, dedicado ao estudo da antropologia, Thales de Azevedo (1975), pergunta-se pelas razões que levam um pesquisador a se interessar por um tema, naquele caso, as relações entre os diferentes grupos de cor no Brasil e, particularmente, a ideologia da democracia racial. Àquela altura, sua conclusão é de que o objeto interessa por sua persistência histórica como contradição e problema. Isto é, ao mesmo tempo que a discriminação contra negros se apresentava como realidade cotidiana, a tolerância racial constituía a marca mais recorrentemente evocada pelos brasileiros como peculiaridade de sua nação, “a mais sensível nota do ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e intransigência” (p.7). Para Azevedo, portanto, a existência do não racismo como valor explícito e sua prática como realidade cotidiana conformam uma equação que clama das ciências sociais uma explicação.

Na mesma época, Thomas E. Skidmore (1976[1974]) também se debruça sobre tema correlato, ao estudar o pensamento racial brasileiro no limiar do Século XX. As razões do *Brazilianist* são outras. O que lhe interessava era a reconstrução da história das idéias, mostrando como as teorias raciais que circulavam na Europa ao final do Século XIX são adaptadas ao contexto brasileiro, constituindo, já àquela ocasião, o que poder-se-ia denominar um campo intelectual com lógica própria.

Portanto, diferentemente daqueles que os estudaram anos mais tarde, cuja motivação pelo tema é a elaboração de uma arqueologia das idéias, o interesse dos primeiros formuladores do pensamento racial brasileiro em discutir as relações entre os diferentes grupos de cor não

foi propriamente uma *escolha* temática. O tema lhes caiu sobre os ombros, na medida em que o desafio de construir o que entendiam ser uma nação “civilizada” implicava articular uma gramática discursiva na qual as teorias científicas recebidas da Europa e que colocavam os brancos no topo da hierarquia racial pudessem ser conciliadas com a realidade do País.

O elenco de razões pessoais evocadas pelas diversas gerações de pesquisadores e, sobretudo, as diferenças de abordagem e de enfoque no campo de estudos sobre as relações entre os diferentes grupos populacionais no Brasil, constituem um rol inesgotável, o qual não se pretende, naturalmente, desfiar aqui. Vale, contudo, chamar a atenção para a persistência, ao longo dos anos, do interesse de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros pelo tema, havendo efetivamente, nessa área de conhecimento, a um acúmulo considerável de discussões.

O que mais impressiona a quem lança uma visada sobre um campo de estudos que já completa mais de um século de existência não é naturalmente a continuidade paradigmática, há rupturas epistemológicas fundamentais durante esse longo período. O que parece mais admirável é a recorrência de algumas questões-chave: não apenas o tema permanece, também permanecem algumas indagações e uma certa maneira de interpelar a realidade.

Em linhas muito gerais, pode-se dizer que a questão propriamente sociológica que articula o campo de estudos em tela é a investigação acerca da maneira como algumas características físicas e mais marcadamente a cor da pele, o formato dos lábios e do nariz e o tipo de cabelo, reunidas em classificações mais ou menos duradouras, permanecem como fator determinante dos juízos e escolhas pessoais bem como das hierarquias sociais no Brasil. Em seu primeiro momento, que vai até os anos 1930, o debate é ainda muito caudatário do racismo científico e marcado pela discussão em torno do peso da determinação biológica e da determinação social na constituição das hierarquias existentes². Predomina, no debate, a visão de que as características fenotípicas, reunidas em classificações raciais, definem *a priori* as capacidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Nesse caso, as relações sociais se tornam variáveis derivadas da biologia. É, portanto, no reino natural que se busca a explicação para as diferentes hierarquias sociais.

Gradativamente, os estudos vão mostrando a força determinante das estruturas e relações sociais na definição das posições ocupadas nas hierarquias existentes. A partir de então, as classificações raciais deixam de ser tratadas como afeitas à esfera da natureza, passam a ser vistas como construções culturais, ou seja, adscrições embutidas nos valores professados e nas próprias estruturas de distribuição das oportunidades sociais. É no momento em que a explicação para as hierarquias existentes passa a ser buscada nas relações sociais e não mais na esfera natural que se lançam bases duradouras para a reflexão sociológica sobre o tema.

A tendência que prevalece dos anos 30 até os anos 50 é a de refutar não apenas as classificações raciais biologicistas, mas também a existência de adscrições derivadas da aparência física também no plano da cultura e da sociedade. Como formulou Wagley (1952:14):

“It almost might be said that ‘race relations’ do not exist in Brazilian society. This nation of people born of marriages between three racial stock, and formed out of slaves and their masters, has developed a society in which in the relationships between people and ‘race’ is subordinate to human and social values”.

Na fase posterior, os estudos passam a evidenciar a importância das adscrições raciais na determinação das hierarquias sociais, revelando como as classificações culturais que os atores sociais carregam consigo favorecem sistematicamente a ascensão social das pessoas de pele clara e daquilo que se entende serem traços físicos europeus em detrimento dos grupos de pele escura. A sofisticação metodológica que tais estudos atingem a partir de finais dos anos 70 permite demonstrar que a posição privilegiada dos brancos não é decorrência exclusiva das vantagens (capital, nível escolar, etc.) acumuladas no passado escravista. Em alguns campos, os mecanismos de reprodução das desigualdades de oportunidades em favor dos brancos não são apenas mantidos, são intensificados ao longo do tempo.

Uma outra questão correlata nesse campo de reflexões tem natureza mais propriamente política e diz respeito às possibilidades de superar a força e a durabilidade com que as adscrições raciais insistem em influenciar as disposições culturais e as relações sociais no Brasil.

Trata-se aqui de formas de pensamento e ação anti-racistas, as quais apresentam uma grande variação na história recente do País.

Em linhas muito gerais, verifica-se que as idéias anti-racistas no período da hegemonia do racismo científico assumiam a forma do anti-racialismo. Com efeito, contra a ciência e a moral que buscavam hierarquizar as pessoas em classificações raciais, o único argumento anti-racista possível era o da negação radical do dogma da desigualdade racial. Essa forma de anti-racismo seria levada ao paroxismo com Gilberto Freyre nos anos 30, assumindo, desde então, o status de parte constitutiva de uma ideologia que celebra a nação mestiça e tolerante (Costa, 2002). Mais recentemente, essa forma de anti-racismo, na medida em que desconhece as desigualdades de oportunidades efetivamente dadas para os diferentes grupos de cor, vem sendo acusada de favorecimento e conivência com o racismo. Boa parte do pensamento anti-racista brasileiro contemporâneo é abertamente racista, na medida em que vê na explicitação das classificações raciais a única possibilidade de combater o racismo embutido nas práticas culturais e nas formas de distribuição das oportunidades sociais.

Não se procura aqui, naturalmente, resumir toda a história do debate anti-racista no Brasil, tema demasiado vasto para o espaço de um artigo. Tampouco pode-se referir à ampla história das lutas sociais anti-racistas no Brasil, às quais remontam à história colonial. Trata-se, unicamente, de recuperar, porque ainda pouco conhecidas, idéias anti-racistas que circulavam no Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro, no começo do Século XX, à época de plena hegemonia do racismo científico. Tal recuperação se faz, a partir dos trabalhos de Alberto Torres e Manoel Bomfim. Em primeiro lugar, caracteriza-se, brevemente, o contexto intelectual em que os autores se inserem. Em seguida contrasta-se suas idéias para, na conclusão, mostrar alguns limites e paradoxos do pensamento anti-racista dos dois autores.

A HEGEMONIA DO RACISMO CIENTÍFICO

Até o final do Século XIX, a atividade científica no Brasil apresentava, mesmo em comparação com outros países latino-americanos, um grau muito incipiente de institucionalização. As estruturas para a formação sistemática de novos cientistas, nos termos em que, àquela altura, acontecia na França e mesmo em Portugal, eram

praticamente inexistentes. Igualmente ausentes eram mecanismos efetivos de financiamento das pesquisas científicas, fossem eles públicos ou privados. Algum trabalho de pesquisa original que se produzia estava sempre vinculado à iniciativa de cientistas individuais que tivessem acesso à formação na Europa (Stepan, 1976: 36 ss). Não obstante, o período que antecede a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da república um ano mais tarde, é marcado, no Brasil, por intensa vida intelectual e pela recepção ávida da “ciência européia”, em todos os campos do conhecimento.

O baixo nível de institucionalização da atividade científica e a sofreguidão com que as novas descobertas científicas eram acompanhadas não constituíam propriamente um paradoxo. Refletem mais propriamente a forma como a ciência, antes de se transformar num modo particular de produção de conhecimento, se torna um valor e um dogma para as elites brasileiras. Como formula Schwarcz (1993:30), o que se valoriza nesse momento “não era tanto o avanço científico entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada. Tanto que se consumiram mais manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais. A ciência penetra primeiro como ‘moda’ e só muito depois como prática e produção”.

Com efeito, o uso que se fazia àquela altura das teorias recebidas era particular e específico. O que importava não era aplicar, atendendo a linhagens teóricas coerentes e rigorosas, os teoremas e categorias apreendidas ao Brasil. Positivismo, Darwinismo, Spencianismo ou Liberalismo tomavam formas novas ao serem fundidos com a tradição intelectual nativista e reconstruídos *ad hoc* nas interpretações gerais do Brasil e no estudo dos obstáculos que opunham o País e o progresso e das formas de superá-los. O apoio ao menos presumido na ciência européia constituía, todavia, senha de entrada no debate público da época e o recurso legitimador das diferentes fórmulas indicadas para a construção de uma sociedade progressista nos trópicos.

É também por meio de sua aplicação *ad hoc* à interpretação dos “problemas brasileiros” que as teorias raciais chegam ao Brasil e permanecem como hegemônicas pelos menos até os anos 1920. A dificuldade de compatibilização entre as teorias raciais e a formulação de um projeto nacional era óbvia. Afinal, O Brasil era habitado preponderantemente por aquela parcela da humanidade que o grosso das

contribuições no campo do racismo científico europeu e, mais tarde norte-americano, tratava como inferior e inepta. Isso significa que, se se apropriassem indiscriminadamente dos conhecimentos vindos da Europa, os pensadores brasileiros teriam que declarar a falência da nação por antecipação. Se, ao contrário, os refutassem inteiramente, cairiam muito provavelmente em descrédito público. A saída encontrada pelos intelectuais brasileiros foi a reconstrução e adaptação das idéias recebidas.

Essa adaptação se dá em momentos e circunstâncias variadas e a partir de matrizes teóricas diversas, ganhando formas particulares nas mãos dos diversos autores. Não obstante, pode-se afirmar que, em linhas gerais, os pensadores brasileiros punham-se, fundamentalmente de acordo em torno do primeiro axioma do racismo científico, qual seja, a crença na idéia de que a humanidade está dividida em raças, e seu corolário, a saber: as diferentes raças conformam uma hierarquia biológica, ocupando os brancos a posição superior. As classificações raciais aceitas variavam, refletindo a multiplicidade de taxonomias dentro do próprio debate internacional. A referência ao grupo superior assumia igualmente formulações diversas: falava-se ora de brancos, ora de arianos, ora de europeus, ora de dolicocefalos – referência ao suposto crânio alongado dos norte-europeus. A existência da hierarquia biológica não era, contudo, contestada.

As divergências expressivas entre os racistas científicos brasileiros se situavam no âmbito de um outro ponto da pauta do racismo científico, qual seja, a discussão sobre a mistura de “raças” e os riscos de “degeneração” dela decorrentes. Aqui, distinguiam-se, basicamente, aqueles que acreditavam que a “mistura de raças” operada no Brasil levaria à degeneração crescente e à impossibilidade de constituição de um povo brasileiro habilitado à “civilização” e outros que eram, por assim dizer, mais otimistas. Para estes últimos, a “hibridação” no Brasil correspondia a uma possibilidade de melhoria e “regeneração racial” que levaria ao desaparecimento progressivo dos negros e mestiços de pele escura, tidos como inferiores, e ao embranquecimento paulatino do conjunto da população. R. Nina Rodrigues (1935) é o mais conhecido e estudado defensor da primeira visão, enquanto Sylvio Romero (1953[1888]), J. B. Lacerda Filho (1912) e F. J. Oliveira Vianna (1923) constituem expoentes da segunda visão.

Obviamente, a discussão em torno de qual das duas vertentes é mais racista, se aquela que condena a mistura de raças ou a que vê nela oportunidade para a eliminação progressiva dos negros e mestiços, deveria ser desprovida de sentido. Não obstante, encontra-se consolidada na tradição intelectual brasileira, como já apontaram Corrêa (1998: 59 ss.) e Hofbauer (1999:175), a visão de que os partidários da primeira corrente seriam racistas, enquanto que o racismo do segundo tipo não é tratado como tal. É verdade que, do ponto de vista do projeto de formação nacional, a variante otimista resolve o suposto dilema colocado pelo racismo científico, ao vislumbrar uma saída biológica para o branqueamento paulatino da população. Os que temiam a mistura pelo risco da degeneração mostravam, ao contrário, a inviabilidade mesma da “nação mestiça”. Não obstante, da perspectiva do racismo científico e, se se quer, de uma moral humanitária, não há qualquer distinção entre as duas vertentes. Ambas acreditavam, com igual fervor, na desigualdade de fundo racial entre os seres humanos.

Ambas correntes têm uma importância fundacional para as ciências humanas no Brasil. A relevância de Sylvio Romero para a crítica literária e para a formação de uma “mentalidade científica” no Brasil ficou já largamente evidenciada pelo menos desde a reconstrução primorosa de seu método e obra levada a cabo por A. Candido (1988[1945]). A. Candido chama a atenção para a necessidade de contextualizar o trabalho de Sylvio Romero em sua devida época, uma vez que Romero integrava movimento de renovação do pensamento que correspondia com a ascensão de uma burguesia urbana e de contestação das autoridades religiosas e tradicionais.

O significado do trabalho pioneiro de Nina Rodrigues para a antropologia brasileira foi igualmente constatado e demonstrado com propriedade por Mariza Corrêa (1998). Da mesma forma, o valor das reflexões de Oliveira Vianna para a sociologia e a política, ou de João Batista Lacerda Filho para a antropologia não está sendo questionado aqui. Ao contrário: reconhece-se plenamente o vínculo congênito entre o racismo científico e as ciências humanas no Brasil. Nesse sentido, o País pouco difere dos Estados Unidos ou de países da Europa, nos quais vários campos disciplinares e tradições intelectuais hoje estabelecidas nascem no ciclo de hegemonia do racismo científico.

O ANTI-RACISMO DE MANOEL BONFIM E ALBERTO TORRES

A alusão, mesmo que muito ligeira e necessariamente superficial, aos termos dos debates que mobilizavam a intelectualidade brasileira do final do Século XIX e começo do XX fornece a medida da dificuldade de se formular, à época, interpretações do país e, sobretudo, de sua composição étnica, que não tivessem uma forte carga racista. Com efeito, o apoio nas teorias raciais em voga parecia definir o próprio estatuto de cientificidade do trabalho desenvolvido, fato que confere singularidade e interesse à obra dos autores Alberto Torres (1865-1917) e Manoel Bonfim (1867-1932), em certa medida, precursores de um pensamento anti-racista no Brasil.

Com o epíteto do anti-racismo não se pretende aqui naturalmente ocultar que os dois autores não negavam plenamente a idéia de raças humanas nem que, em algumas passagens, incorressem em explicações pautadas pelo determinismo biológico. Negavam, contudo, de forma veemente, qualquer hierarquia biológica entre as supostas raças, depreendendo a desigualdade nos níveis de desenvolvimento material e tecnológico das diferentes sociedades e indivíduos exclusivamente da história e do ambiente físico e social que os circunda.

A motivação de ambos autores é abertamente nacionalista, escrevem com o intuito de comprovar e defender a viabilidade do projeto nacional brasileiro e insistem, por isso, na formação e na definição do que chamam de “caráter nacional”. Em muitas passagens, beiram a xenofobia, pondo-se de acordo em qualificar a entrada de imigrantes no país como ameaça indesejável para a identidade nacional que ia se formando com base na influência dos três grupos fundadores: indígenas, negros e portugueses.

A obra de Alberto Torres, advogado e político, natural do Rio de Janeiro, é menos abrangente que a do médico Manoel Bomfim, nascido em Sergipe e radicado no Rio de Janeiro. Os livros de Torres são, basicamente, organizações de artigos publicados em jornais e têm um caráter mais propriamente doutrinário-ideológico que científico. Sua defesa da reorganização do Brasil e de um governo firme, associada ao enaltecimento das virtudes do país e de sua gente chega mesmo, nos anos 1930, a prestar-se de impulso ao movimento integralista (cf. Iglésias, 1978:XI), inspirando, antes disso, o nacionalismo racista e autoritário de Oliveira Vianna (Paim, 1982:24).

A obra de Bomfim, a despeito da maior densidade, é descontínua ao longo do tempo. A recepção da idéias do autor foi historicamente parca, se limitando ao período em que saíram as publicações. Só mesmo muito recentemente o debate brasileiro retomou sua produção, promovendo-se reedições dos originais³. Ao contrário de Alberto Torres que não busca marcar sua oposição àquela doutrina nacionalista de corte nitidamente racista, como a professada pelos influentes Sylvio Romero e Oliveira Vianna, Manoel Bomfim distancia-se claramente destes dois autores, fato que, seguramente, concorreu para que sua obra permanecesse esquecida⁴.

A despeito de tais diferenças, o que aproxima a obra de Torres e a de Bomfim é o esforço de articular uma linha de argumentos que, se permite o uso do vocabulário contemporâneo, desconstrói um certo olhar colonial, que via o Brasil e seu povo como um arremedo pouco elaborado dos europeus. Fundamentalmente, o que ambos buscam fazer é mostrar que o desenvolvimento tecnológico e material superior dos países europeus não decorre da supremacia biológica inata de seus povos, nem tampouco de qualquer superioridade imanente. São produto, ao contrário, de circunstâncias históricas particulares e de injunções sociais específicas. Tal valeria também como fonte de explicação das desigualdades de condições de vida entre os diferentes grupos populacionais no Brasil, estas não tinham aos olhos dos autores um fundo biológico, eram explicadas pela história.

A desconstrução do olhar colonial apresenta, tanto em Torres como em Bomfim, dimensões variadas, a iniciar pela tentativa de retirar o conteúdo reificante e determinista da idéia de raça. Para tanto, ambos buscam recuperar, do debate internacional, visões e correntes que relativizam a importância da raça, mostrando que as hierarquias raciais já não apresentavam sustentação nem mesmo dentro do campo científico propriamente dito. Alberto Torres (1978[1914]:59), por exemplo, recorrendo a Boas e Ratzel, busca desfazer qualquer vínculo entre características físicas e habilidades intelectuais, mostrando que:

“... a ciência, prosseguindo em suas indagações, chegou a conclusão de que, ao lado das diversidades físicas, verificadas na estrutura humana, nada, absolutamente nada autoriza a afirmação de uma desigualdade radical, na constituição cerebral, em seu funcionamento. A relação entre os caracteres

físicos e os caracteres psíquicos jamais se conseguiu afirmar com dados definitivos e irrefutáveis.”

Manoel Bomfim dá um passo além, ao distinguir raça e cultura e atribuir as diferenças de graus de desenvolvimento das diferentes sociedades à cultura:

“A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapassionada dos fatos, tem proclamado que o valor atual das raças é, apenas, valor da cultura. Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas, mas diferença essencial de valor psíquico, não. Há diferenças de momentos.” (Bomfim, 1997[1929]: 196)

Note-se que a concepção de cultura de Bomfim não se distingue do conceito que era hegemônico à época. Cultura era, para ele, sinônimo de civilização europeia e os diferentes momentos a que ele se refere remetem precisamente aos graus distintos atingidos pelos diferentes povos na escala “civilizatória”. Assim como nos primeiros trabalhos do antropólogo alemão, radicado nos Estados Unidos, Franz Boas, a negação do dogma racial baseava-se precisamente na afirmação da capacidade de todos os grupos humanos se “civilizarem”, desde que inseridos num contexto físico e social adequado (Hofbauer, 1999).

A tese da superioridade dos povos loiros, de crânio alongado e, particularmente, dos alemães, muito em voga no Brasil até os anos 20, é contestada com particular vigor pelos dois autores. Diz Bomfim (1904:284):

“Pois não vemos, hoje, admitida, pela quase unanimidade das antropologias e etnologias a superioridade dos famosos dolicocefalos loiros da Europa – alemães, ingleses, suecos, etc., sobre os povos da terra, inclusive os outros da própria Europa? Porque as nações por eles constituídas, são hoje, mais fortes e ricas, e os proclamados superiores a esses próprios morenos do Mediterrâneo que produziram a civilização ocidental, tudo que nela se encontra belo e original. Os tais loiros seriam superiores à raça donde saíram esses gregos, os

criadores da arte... Seriam superiores os tais dolococéfalos loiros a estes latinos, que instituíram a vida civil, segundo a qual ainda hoje regem os povos; superiores a esses povos morenos d'onde saiu a moral do amor e da igualdade entre os homens!... Que é que há no progresso humano que não tenha sido criado por essa raça morena, hoje tão detratada? Arte, ciência, filosofia, moral, tudo criado por eles.”

A outra frente em que ambos tecem argumentos para desconstruir o olhar colonial consiste no esforço de associar o racismo científico aos objetivos imperialistas e aristocráticos de seus defensores. Na genealogia de Torres, o racismo científico do Séc. XIX representa a resposta reacionária às conquistas políticas do século anterior. Tratava-se, portanto, de buscar conter o avanço do ideal de igualdade que, já assentado no terreno político, buscava expandir-se ao campo econômico, podendo, no limite, constituir-se em obstáculo às pretensões imperialistas das nações européias. Vale repeti-lo aqui:

“Não se poderia achar prova mais clara da natureza política desse movimento, do que a que mostram a semelhança e simultaneidade das diversas doutrinas aristocráticas, predominantes na ciência social. Gobineau e Malthus, Vacher de Lapouge, certas filiações políticas e sociais do darwinismo, Nietzsche, surgiram, de origens e fontes diversas, quase na mesma geração, chegando, por métodos todos científicos, à mesma conclusão: a afirmação da superioridade morfológica, irredutível de certas raças e certos povos. (...) *Chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos de hierarquia e dominação*” (Torres 1978[1914]:58s, ênfase acrescentada)⁵.

Manoel Bomfim condenava, em particular, o que considerava instrumentalização e deturpação da obra de Charles Darwin, com o intuito de justificar a empreitada imperialista e a opressão dos mais pobres. Sua leitura de Darwin coincidia com a de autores como Lange e Kropotkin, de quem Bomfim era leitor, que acreditavam que a solidariedade ou a ajuda mútua contribuíam para a evolução da espécie humana. Na interpretação de Bomfim:

“O resumo explícito de toda a teoria de Darwin é que, na espécie humana, a solidariedade e o concurso fraternal se substituíam à luta entre os seres da mesma espécie; e que, nesse sentido, se faz a evolução humana, cuja expressão suprema é a aquisição do senso moral, única e real distinção entre o homem e o bruto” (Bomfim, *Darwin e os conquistadores*, 1914 *apud* Aguiar, 2000: 426)

Depois de descartar as explicações do racismo científico para os níveis de progresso tecnológico desiguais entre as diferentes sociedades, tanto Torres como Bomfim buscam listar os determinantes efetivos dos níveis distintos de desenvolvimento, chegando contudo a conclusões ligeiramente distintas. Torres acrescenta, aos fatores históricos e sociais, estes últimos referidos como “favores excepcionais de chance, de fortuna, ou de ‘oportunidade’ – para usar o termo de alguns sociólogos” (Torres, 1915:9), a força determinante do meio físico, conferindo a tal dimensão uma ênfase significativa. Assim, ao tratar dos obstáculos para o desenvolvimento enfrentados pelo Brasil, discorre longamente sobre as dificuldades relacionadas com o clima, a fertilidade dos solos e a disponibilidade de água.

A análise de Manoel Bomfim, em contrapartida, é fortemente sociológica, com alguma inclinação marxista. Interessa a ele estudar as relações de dominação que definem as chances de ascensão das diferentes nações e dos diferentes grupos, no interior da nação, partindo sempre da perspectiva do dominado (Aguiar, 1996:28). Sua análise dos problemas brasileiros é marcada pela reconstrução da história colonial como exploração parasitária dos recursos naturais e da força de trabalho escravo. A discussão da posição do negro na sociedade escravocrata é feita de forma igualmente rica e cuidadosa, pautada pela veemente rejeição moral da escravidão. Ao mesmo tempo, busca descrever as ambivalências que marcavam a vida do enorme contingente de escravos domésticos, caracterizando de forma matizada o paradoxo conformado pela distância estrutural intransponível entre senhores e escravos na sociedade de castas colonial e a proximidade física e emocional entre brancos e negros. Diz o autor:

“Uma coisa é o efeito de massas de cativos, quase isolados, jungidos ao trabalho da mina ou nos ergástulos dos latifúndios, outra é a ação de escravos misturados ao viver da família: dezenas de negros e mulatos, no recesso das cozinhas, no segredo das alcovas. (...) No mesmo eito, viam-se, frequentemente, os filhos do casal, ao lado de quatro ou cinco escravos, distinguindo-se, apenas, na cor. Nesse cativo, a alma do negro não se sentia *intransigentemente* amesquinhada; havia *relativa* expansão, uma *qual* liberdade, e *sombras* de felicidade (Bomfim 1997[1929]:204, ênfase acrescentada).”

A descrição da situação do escravo doméstico como ambivalente, num mundo social moralmente abjeto⁶, contrasta com a idealização da história colonial, levada ao paroxismo na obra de Gilberto Freyre e, ainda hoje, não de todo abandonada pela historiografia brasileira. Nessa visão, a escravidão no Brasil teria assumido uma forma branda e benévola, sem distâncias sociais pronunciadas entre senhores e escravos. Mesmo Alberto Torres (1978[1914]:32) é muito menos preciso ao tratar do tema: seu fascínio positivista pelas instituições e pela ordem o leva a identificar na escravidão “uma das poucas coisas com visos de organização, que este país já possuiu” e no senhor de escravos, “explorador de terras ignorante e desavisado, mas incansavelmente laborioso”.

Na interpretação da persistência do racismo e de seus efeitos na distribuição de oportunidades no Brasil, Bomfim é enfático, ao descartar a persistência de qualquer hierarquia social determinada por preconceitos raciais. Para ele, prevalece apenas a hierarquia entre “dirigentes e dirigidos”, “afortunados e espoliados” já que, entre os pobres não haveria distinções de raça e entre os ricos, “tal mulato, ou tal cabloco, inequívoco nos traços raciais, goza de todos os privilégios e todas as preferências da classe dominante, se as suas condições pessoais, de fortuna, ou de educação assim o colocam.” (Bomfim 1997[1929]:347)

Recusar a desigualdade entre as raças e mostrar o caráter eminentemente histórico e social dos níveis assimétricos de desenvolvimentos das diferentes sociedades não bastava, contudo, para desconstruir o olhar colonial. Faltavam, ainda, dois passos fundamentais, quais sejam: desfazer a representação antinômica colonialista que projetava as nações européias como constituídas por populações racial e

culturalmente homogêneas e mostrar que nações “misturadas” podiam ser viáveis. A essa tarefa se entregam os dois autores com verve e ardor. Bomfim, por exemplo, busca reconstruir, em variadas passagens, a história de formação dos Estados nacionais na Europa, mostrando como todos eles são, enfim, fusões de tradições culturais e grupos étnicos diversos, unificados em torno “do tipo psicológico que define a nacionalidade” (Bomfim 1997[1929]: 187).

Para os termos da discussão que se travava à época, há, contudo, uma distinção importante, entre os dois autores. Na argumentação de Bomfim, a defesa da “mescla racial” assume cores carregadas ao mostrar que do caldeamento de povos e tradições culturais surgem sínteses novas que são mais que o somatório de cada um dos troncos envolvidos na fusão. Seu entusiasmo pela mistura antecede Freyre e talvez só encontre paralelo nos teóricos contemporâneos do hibridismo cultural:

“Ninguém admitiria, hoje, essa bacharelize que se alça de sociologia⁷ e, para explicar e caracterizar a literatura brasileira, anda a catar motivos na produção anônima, ou nas obras individuais, para apontar: isto é do *negro* e tal é do *índio* ou do *português*, sem conseguir reconhecer o que haja de novo e de próprio no gênio brasileiro. Tais dissertadores discorrem como se fora possível que tradições se encontrassem, conservando-se impermeáveis entre si, sem reciprocidade de influxos, sem conseqüências na vida social e intelectual que se originou desse encontro. Ora, em vez disso, todos os sabemos: mais do que os sangues, caldeiam-se as tradições, logo que raças diferentes se encontram. Combinam-se qualidades de espírito, e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original” (Bomfim 1997[1929]:36, grifos no original).

O caldeamento que, nessa passagem, tem um sentido claramente cultural, assume em outros momentos, para o autor, a face racial-biológica, na medida em que Bomfim busca mostrar que a mistura do sangue indígena, negro e português vai formando o mestiço, como tipo racial novo e mais adequadamente adaptado ao meio em que vive, característica que seria transmitida hereditariamente às novas gerações. Vale ressaltar que o mestiçamento vislumbrado aqui em nada se

confunde com a mestiçagem regeneradora concebida por Sylvio Romero, J. B. Lacerda Filho ou Oliveira Vianna. Para estes: “o mestiço é a condição para a vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior” (Romero 1953[1888]:149). Para Bomfim, diferentemente, o mestiço não representava a transição para o branco, era como ele dizia, forma acabada e estável.

A ênfase de Alberto Torres na determinação mesológica e climática o leva a conclusões distintas. Para ele, o indígena encontra, dada a anterioridade de sua presença, melhores possibilidades de adaptação no território brasileiro, seguido do negro, proveniente de um clima semelhante e dos europeus de origem mediterrânea ou ibérica, também habilitados, pelo clima de origem e pela ancestralidade étnica que remonta à Ásia e à África, a viver no Brasil. Nesse sentido, a política “deve procurar, esforçadamente, manter puros os tipos étnicos aclimados, para que estes, evoluindo naturalmente, manifestem e desenvolvam o caráter próprio”. (Torres 1978[1914]:77).

Torres, portanto, mesmo não acreditando na superioridade dos brancos ou na inferioridade dos mestiços, condena os “cruzamentos interraciais”, dado o risco de “esterilidade dos híbridos” e de perda da adaptabilidade adquirida pelos grupos étnicos originais. Destaque-se, contudo, que tanto Torres como Bomfim, ao discorrer sobre as “misturas raciais”, visavam, ainda que com argumentos opostos, atingir o mesmo alvo, qual seja, as teses esposadas por pensadores como Sylvio Romero e que sustentavam a superioridade dos brancos e indicavam que o mestiçamento sucessivo levaria ao “aperfeiçoamento étnico”, entendido como uma aproximação do tipo europeu.

CONCLUSÕES

O domínio do debate internacional e brasileiro pelas distintas correntes do chamado racismo científico até começos do Século XX impunha constrangimentos óbvios ao desenvolvimento de concepções de nação que colocassem em dúvida o dogma da superioridade racial dos europeus e seus descendentes. É esse contexto intelectual que torna os trabalhos de Alberto Torres e, sobretudo, os de Manoel Bomfim, singulares e explica também parte dos paradoxos que apresentam.

O grande mérito dos dois autores é negar as classificações raciais vigentes e refutar a biologia como matriz explicativa dos diferentes níveis de progresso material e tecnológico entre as várias sociedades. Para eles, todas as desigualdades de desenvolvimento decorriam de fatores culturais, históricos e sociais, ainda que Torres não abandonasse de todo o determinismo geográfico. Ademais, Torres mostrava-se ainda preso a uma das teses correntes no âmbito do racismo científico, qual seja, a idéia de que os “casamentos interraciais” geravam “híbridos estéreis”.

O anti-racismo dos dois autores, louvável em seu devido contexto histórico, apresentava limites claros. Ambos partilhavam de um conceito de cultura e civilização no singular. Isto é, cultura e civilização correspondiam, fundamentalmente, àquilo que se constituiu na Europa, na época moderna. Esse era o padrão que utilizavam para medir o grau de desenvolvimento das diferentes sociedades e que apontavam como meta a ser alcançada em todas as regiões do mundo. Ainda que não duvidassem das aptidões inatas de todas as sociedades para atingir o nível de desenvolvimento europeu, não reconheciam o mesmo valor intrínseco às diferentes tradições culturais, essas eram sempre tratadas como estágios pré-desenvolvidos *da* civilização, qual seja, aquilo que se definia como a cultura européia. Como se sabe, essa visão predominava mesmo entre as lideranças políticas anti-racistas nos anos 1930 que, reunidas em torno da Frente Negra Brasileira relutavam em assumir o legado afro-brasileiro (Hofbauer, 1999). Tal herança cultural só seria retomada e revalorizada pelo movimento anti-racista muitos anos mais tarde.

Outra limitação do ideário anti-racista das primeiras décadas do Século XX é a desconsideração das desigualdades de oportunidades sociais para brancos e negros no Brasil. Ainda que, implicitamente, reconhecessem a moral racista que imperava na sociedade e na ciência da época, desconheciam as relações entre racismo e desigualdades sociais, hoje, possivelmente, o principal *front* da luta anti-racista no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Ronaldo Conde. (1996), “Um livro admirável”. In Bomfim, Manoel (1996, orig. 1931): *Brasil nação. Realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2a. ed., pp. 22-34.
- Aguiar, Ronaldo Conde. (2000), *O rebelde esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro, Topbooks, 561 pp.
- Azevedo, Thales. (1975), *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 107 pp.
- Bomfim, Manoel. (1996[1931]), *Brasil nação. Realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2a. ed. 630 pp.
- Bomfim, Manoel. (1997[1929]), *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 451pp., 2ª. Ed.
- Candido, Antonio. (de Mello e Souza) (1988[1945]): *O método crítico de Silvio Romero*. S. Paulo, Ed. USP, 144 pp.
- Corrêa, Mariza. (1998), *As ilusões de liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. S. Paulo, EDUSP.
- Costa, Sérgio. (2002), *As cores de Ercília*. Belo Horizonte, UFMG
- Hofbauer, Andreas. (1999), *Uma história de ‘branqueamento’ ou o ‘negro’ em questão*. S. Paulo, tese de doutorado, USP, PPGAS, 375 pp.
- Iglesias, Francisco. (1978), Prefácio à terceira edição. In Torres, Alberto (1978, orig. 1914): *O Problema nacional brasileiro*. Brasília, Ed. Nacional, 3a. ed., pp. VII-XI.
- Lacerda, João Batista. (1912), *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres em 1911 – Apreciação e comentários*. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 111pp.
- Paim, Antonio. (1982), Introdução. In Oliveira Vianna, Francisco José (1982): *Populações meridionais do Brasil* (orig. 1920) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), Brasília, Câmara dos Deputados, 748 pp.
- Romero, Silvio. (1953[1888]): *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 377 pp. Tomo I, 5ª. Ed.
- Nina Rodrigues, Raimundo. (1935), *Os africanos no Brasil*. S. Paulo, Cia Editora Nacional, 2a. Ed, 409 pp
- Nunes, Maria Thétis. (1997), “Manoel Bomfim. Pioneiro de uma ideologia nacional”. In Bomfim, Manoel (1997, orig. 1929): *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2a. ed. pp. 13-25
- Oliveira Vianna, Francisco José. (1923), *Evolução do povo brasileiro*. S. Paulo, Monteiro Lobato & Co. 275 pp.

- Schwarcz, Lilia. (1993), *O espetáculo das raças*. S. Paulo, Cia das Letras, 287 pp.
- Skidmore, Thomas E. (1976[1974]), *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 328 pp.
- Stepan, Nancy. (1976), *Beginnings of Brazilian Science. Oswaldo Cruz, Medical Research and Policy, 1890-1920*. New York, Science History Publications, 225 pp.
- Torres, Alberto. (1915), *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. do autor, 48 pp.
- Torres, Alberto. (1978[1914]), *O Problema nacional brasileiro*. Brasília, Ed. Nacional, 3a. ed, 133pp.
- Ventura, Roberto. (1987), “‘Estilo Tropical’: a natureza como pátria”. *Ideologies & Literature New Series*, vol II, nº2:145-158
- Wagley, Charles. (1952), *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: Unesco

NOTAS

¹ PhD em Sociologia, é professor da Universidade Livre de Berlim. Livros mais recentes: *Brasilien in der postnationalen Konstellation* (O Brasil na constelação pós-nacional), Tübingen, CCC, 2003, co-organizador; *As cores de Ercília*, Belo Horizonte, UFMG, 2002 (autor); *Modernização negociada*, São Paulo/Brasília, CEBRAP/IBAMA, 2001 (co-autor)

² As referências cronológicas aqui utilizadas são indicações genéricas que não traduzem plenamente a multiplicidade de visões no interior do debate, nem as constatações contraditórias, quando se examinam contextos regionais distintos. Não há também aqui a suposição de progresso científico, como se a passagem a um momento seguinte do debate implicasse que as posições que vigoraram até então fossem menos elaboradas e condenadas ao desaparecimento. Como, sobretudo, o exame do debate mais recente mostra, as injunções institucionais, a oferta de financiamento, etc., para além do mérito técnico do debate, têm uma influência decisiva sobre o tipo de posição que ganha evidência em cada período.

³ Cabe destaque aos livros: *A América Latina*, publicado em 1905, *O Brasil na América* (1997, orig. 1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil Nação* (1931, 1996) (ver Nunes, 1997:14). A lista completa dos trabalhos de Bonfim encontra-se em Aguiar (2000:521ss).

⁴ No fundo, as razões para o pequeno impacto da obra de Bomfim permanecem objeto de controvérsia. Aguiar (2000: 507 ss.) enumera algumas das causas do esquecimento do „contradiscurso“ de Bomfim apontadas pelos comentadores de sua obra: a crítica ao colonialismo português no livro *América Latina*, de

1904, interpretada como lusofobia pelos portugueses que controlavam, no princípio do Século, a imprensa carioca; a recusa ao convite de Machado de Assis para fundar a Academia Brasileira de Letras; o estilo literário “rude” e o caráter demasiado avançado de suas idéias para seu tempo. Aguiar, pessoalmente, acredita que o esquecimento se deve ao fato de Bomfim não responder às críticas de Silvio Romero, negando, assim, um dos rituais básicos para a consagração intelectual na época, qual seja, a polêmica.

⁵ Ao referir-se ao caso alemão, Torres (1978[1914]: 62) revela-se profético: „A doutrina da desigualdade de raças perdeu, assim, todos os pontos de apoio, em todas as regiões da ciência. Cumpre, porém não esquecer que, se esta doutrina não conta mais com a mesma autoridade científica, nem, talvez, com igual força política, mesmo na própria Alemanha – ela inspira uma forte corrente de opinião e de interesses nesse país, como em todos os que podem nutrir ambição imperialista, alegando títulos de superioridade étnica“

⁶ Há que se constatar, contudo, que, em seus últimos livros, Bomfim (1997[1929] e 1996[1931]) faz mais concessões à especificidade da escravidão brasileira que na obra de 1904. Ali, ele é particularmente enfático na condenação da escravidão e de suas conseqüências morais. Sobre os costumes das famílias coloniais, por exemplo, diz: „Em matéria de abjeção e crueldades, nada lhes é desconhecido. Não raro, a Sinhá Moça, criada a roçar os molecotes, entrega-se a eles, quando os nervos degenerados acordam em desejos irreprimíveis; então intervém a moral paterna: castra-se com uma faca mal afiada, o negro ou o mulato, salga-se a ferida, enterram-no vivo depois. A rapariga, com um dote reforçado, casa com um primo pobre“ (Bomfim, 1904: 153).

⁷ A crítica de Bomfim aqui tem como endereço óbvio o trabalho do jurista e crítico literário Sylvio Romero, fato que o próprio Bomfim explicita mais adiante no mesmo livro do qual consta a citação acima (Bomfim, 1997[1929], Cap. 3, nota 1).